



Volume 18

Seção Artigo e95438

19 de agosto de 2024

Democracia e Educação¹

Democracy and Education

Democracia y Educación

Norberto Bobbio²

Citação: BOBBIO, Norberto. Democracia e Educação. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 18, e95438. Agosto de 2024.



<http://10.5380/jpe.v18i1.94438>

Resumo: O artigo trata da interface entre a educação e a democracia e parte do reconhecimento de que não nascemos democráticos, a democracia se faz, constrói-se e, portanto, as pessoas são formadas para ela e por meio dela. No outro extremo, o fascismo nasce da ausência de um projeto formativo denso voltado a uma boa educação para a democracia. Por isso, a principal contribuição do texto está na indicação da democracia como um objetivo educacional, pois se a democracia na educação não é reconhecida como tendo e sendo parte de um objetivo educacional, então ela se esgotaria nos seus procedimentos, o que, ainda que importante, é insuficiente diante dos desafios que ela tem contemporaneamente. A formação de um cidadão democrático exige uma educação da e para a democracia³.

Palavras-chave: Norberto Bobbio; Democracia; Educação.

Abstract: This paper deals with the interface between education and democracy and starts from the recognition that people are not born democratic, democracy is made, built and, therefore, people are educated for it and through it. On the other hand, fascism arises from the absence of a dense education project aimed at good preparation for democracy. The main contribution of the text is in therefore to name democracy as an educational objective, because if democracy in education is not recognized as having and being part of an educational project, then it would be exhausted in its procedures, which, although important, is insufficient given the challenges it faces ordinarily. The education of a democratic citizen requires democratic education and a education for democracy.

Keywords: Norberto Bobbio; Democracy; Education.

¹ Traduzido por Ângelo Ricardo de Souza (UFPR). O artigo foi originalmente publicado, em uma versão resumida, por Norberto Bobbio na Revista Insegnare (<https://www.insegnareonline.com/>), em 1992.

² Norberto Bobbio foi um filósofo político, historiador do pensamento político, escritor e senador vitalício na Itália. Foi professor das Universidades de Pádua e de Turim, Itália. Faleceu em 9 de janeiro de 2004, aos 94 anos de idade.

³ Resumo produzido pelo tradutor.

Resumen: El artículo aborda la interfaz entre educación y democracia y parte del reconocimiento de que no nacemos democráticos, la democracia se hace, se construye y, por tanto, las personas se forman para ella y a través de ella. En el otro extremo, el fascismo surge de la ausencia de un proyecto de formación denso encaminado a una buena educación para la democracia. Por lo tanto, el principal aporte del texto está en señalar la democracia como objetivo educativo, pues si no se reconoce que la democracia en la educación tiene y es parte de un objetivo educativo, entonces se agotaría en sus procedimientos, lo cual, si bien es importante, es insuficiente dados los desafíos que enfrenta hoy. La formación de un ciudadano democrático requiere educación de y para la democracia.

Palabras clave: Norberto Bobbio; Democracia; Educación.

Nota introdutória

Ángelo Ricardo de Souza

Este artigo foi originalmente publicado, em uma versão resumida, por Norberto Bobbio na Revista Insegnare (<https://www.insegnareonline.com/>), em 1992. Os originais, que abaixo apresentamos, estão preservados no acervo do arquivo “Norberto Bobbio”, que pode ser consultado no Centro de Estudos Piero Gobetti (<https://www.centrogobetti.it/>), Turim, Itália. Agradecemos ao Professor Pietro Polito, Diretor do Centro de Estudos Piero Gobetti e curador do arquivo, pelas informações, pela disponibilização do material e autorização para a publicação em versão em língua portuguesa. Também agradecemos ao Dr. Marco Bobbio, filho de Norberto Bobbio, que auxiliou o processo de autorização para a publicação do artigo em nosso país.

Este texto foi utilizado para a memória que a cidade de Turim dedicou ao professor Bobbio no dia 18 de janeiro. Nele, em forte diálogo com J. Dewey, o autor piemontese trata da interface entre a educação e a democracia e parte do reconhecimento de que não nascemos democráticos, a democracia se faz, constrói-se e, portanto, as pessoas são formadas para ela e por meio dela. No outro extremo, o fascismo nasce da ausência de um projeto formativo denso voltado a uma boa educação para a democracia. Por isso, a principal contribuição do texto está na indicação da democracia como um objetivo educacional, pois se a democracia na educação não é reconhecida como tendo e sendo parte de um objetivo educacional, então ela se esgotaria nos seus procedimentos, o que, ainda que importante, é insuficiente diante dos desafios que ela tem contemporaneamente. A formação de um cidadão democrático exige uma educação que não permita o humano se resumir a ser parte do rebanho, um conformado. Logo, se a legislação não enxerga um fim educativo na democratização da escola/educação, os novos cidadãos não nascerão: “Esses cidadãos do mundo nascerão da escola ou não nascerão”.

Os originais nos chegaram às mãos em uma pesquisa no citado arquivo e verificamos, à época, que não havia sido publicado integralmente em italiano e menos ainda em outro idioma. Avaliamos que o material é muito rico e expressa uma reflexão muito madura de Bobbio ao articular a democracia mais do que como princípio ou como procedimento, mas como objetivo, como fim a ser perseguido pela educação escolar.

Nossa expectativa é que a divulgação deste material possa alcançar todos aqueles que tomam a teoria da democracia de Bobbio como referência, bem como aqueles que desejam conhecer mais e melhor o pensamento do autor e, ainda, os que buscam discutir e analisar a educação na sua interface com a democracia.

Democracia e Educação

Enquanto eu me preparava a escrever essa lição, recebi o último número da revista americana “Dialogue”, que contém um artigo de Richard Rorty, o mais notável entre os filósofos americanos contemporâneos, muito traduzido na Itália. O texto é intitulado “*Education without dogma*” e vem apresentado com esta rubrica: “As escolas devem formar cidadãos cultos e livres pensadores que saibam distinguir o certo do errado em si mesmos”. Rorty é um discípulo de John Dewey, que era então o principal filósofo americano, reconhecido em todo o mundo, e continua, sob certos aspectos, a tradição de pensamento e o interesse particular pelos problemas da educação. Entre as obras mais conhecidas de Dewey, traduzidas para o italiano logo após a guerra, há uma intitulada “Democracia e Educação”, escrita em 1915⁴, que não necessita ser apresentada a um público predominante de professores.

Um dos ensinamentos do filósofo é a necessidade de ter em conta a relação entre a educação e a sociedade, ainda que apenas pelo fato de que não existe um problema da educação em geral, porque cada sociedade, correspondente às suas necessidades, aos seus interesses e aos seus valores, tem uma forma específica de educação. A educação da qual a sociedade aristocrática necessita não é a mesma demandada pela sociedade democrática. A educação em uma sociedade fechada é diversa daquela de uma sociedade aberta, e assim por diante.

⁴ Nota do tradutor: apesar de Bobbio citar o ano de 1915, a publicação de Democracia e Educação, de J. Dewey, é de 1916.

Se em uma sociedade há muitos estratos ou classes – como referência, a sociedade da república platônica –, a cada classe ou estrato corresponderá uma forma diversa de educação. Na idade dos principados, floresceram os tratados sobre a educação do príncipe: devem se lembrar ao menos da célebre obra de Erasmo, *Institutio principis christiani*, escrito mais ou menos no mesmo período que *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Na idade da Revolução Francesa, houve grande difusão dos manuais ou catecismos de educação popular em concomitância com o desenvolvimento da democracia como forma de governo contraposta a todas as formas autocráticas precedentes.

O desenvolvimento da democracia coincide com o alargamento do sufrágio, vale dizer, dos direitos políticos, dos assim chamados "direitos de cidadania ativa". Recorde-se quão grande foi a resistência das classes alfabetizadas em todos os países europeus, incluída a Itália, a conceder o direito de voto aos analfabetos. Na base desta resistência estava a ideia, ou se preferirmos, o preconceito de que a instrução popular fosse uma condição *sine qua non* do desenvolvimento democrático.

Dewey escreveu: "A devoção da democracia à educação é um fato bastante conhecido". Não tanto porque um governo que dependa do sufrágio popular não pode prosperar se os eleitos não são bem informados (atualmente, entre outras coisas, com os meios audiovisuais, até um analfabeto pode ser bem-informado), mas porque:

[...] é evidente que uma sociedade à qual seria fatal a estratificação em classes separadas deve prover que as oportunidades intelectuais sejam acessíveis a todos e em condições justas e fáceis. Se uma sociedade dividida em classes deve prestar atenção apenas à educação dos seus dirigentes, [por outro lado], uma sociedade móvel, cheio de canais de distribuição de mudanças onde quer que ocorram, deve prover a que os seus membros sejam educados à iniciativa pessoal e à adaptabilidade (DEWEY, s/d, p. 110⁵).

Em outras palavras,

Uma sociedade democrática deve ter um tipo de educação que interesse pessoalmente os indivíduos às relações e ao controle social, e saiba formar a mente de forma que possam introduzir-se mudanças sociais sem provocar desordem (idem, p. 126)

⁵ Nota do tradutor: Bobbio não apresenta a referência completa da obra nesta e na próxima citação, não sendo possível identificar a edição utilizada.

E agora podemos ler o artigo de Rorty tendo presente essas observações de seu mestre. Eles tomam posição contra dois livros recentes publicados nos EUA, que têm feito tanto barulho: Allan Bloom, *The closing of American mind*, e E. D. Hirsch, *Cultural Literacy: What every American needs to know*. O primeiro combate o relativismo ético que está se difundindo nas universidades americanas, o segundo condena a escola americana porque negligencia o ensino de um núcleo comum de fatos e conceitos. Os dois consideram que os defeitos da escola americana, empirismo, pragmatismo, relativismo, derivam dos ensinamentos de Dewey. Porém, Rorty toma a defesa distinguindo duas direções de pensamento, à direita que antepõe a verdade à liberdade, sustentando que “apenas a posse da verdade lhe fará livre”, e à esquerda que antepõe a liberdade à verdade porque a verdade pode ser velada apenas por meio do livre debate. Rorty é favorável a esta segunda posição. Para defendê-la, ele se refere diretamente ao pensamento de seu mestre, segundo o qual se cuidar da liberdade, a verdade terá algo para si: “ensina-nos a chamar verdadeiras todas aquelas crenças que resultam de um encontro livre e aberto de opiniões, sem perguntar se esse resultado corresponde a algo que precede o encontro” (Rorty, 1989, s/p).

Para quem deseja saber mais, gostaria de assinalar que no volume *Filosofia '86*, sob organização de Vattino (Editora Laterza, 1987), há um ensaio do mesmo Rorty significativamente intitulado *A prioridade da democracia sobre a filosofia*. Referindo-se a Rawls e à sua teoria da justiça, sustenta que está de acordo com a ideia de que a democracia política não implica de forma alguma concordar com uma concepção filosófica específica ou com uma concepção específica da natureza humana, como os iluministas já haviam sustentado em relação às crenças religiosas.

Para Rawls, as questões relativas à natureza e aos fins do homem devem ser retiradas da política e relegadas ao âmbito privado. A verdade, intensa no sentido platônico, não é relevante para a democracia política. A tese central é expressa com essas palavras: “Quando diversas verdades estão em conflito, a democracia tem a precedência sobre a filosofia” (p. 44). Se a convicção de uma verdade, que é afinal a minha verdade, conduz à intolerância das outras verdades, a afirmação desta verdade é um preço muito alto a se pagar pelo estabelecimento e preservação de uma convivência civil pacífica e livre. Em essência, dizer que a democracia vem antes da filosofia significa a mesma coisa que Dewey disse que a liberdade vem antes da verdade.

Um discurso sobre democracia e educação pressupõe que entendamos, antes de tudo, o significado de democracia. A definição mais simples, mais clara e até menos controversa, é aquela pela qual se entende por democracia a forma de governo na qual as decisões coletivas, vale dizer, as decisões que uma vez tomadas e por quem quer que sejam tomadas, tornam-se vinculadas para toda a coletividade, são tomadas com a participação direta ou indireta, isto é, com representantes ou sem representantes, pelo maior número daqueles a quem essas decisões se destinam.

Desse ponto de vista, a democracia pode ser definida como expressão da autonomia da vontade geral contraposta a todas as formas autocráticas de governo, nas quais a relação entre os que tomam as decisões e os para quem elas são destinadas é uma relação de heteronomia.

O tema da democracia, ou o protagonista da democracia, é o cidadão. Sob esse aspecto, a democracia pode até ser definida como o governo dos cidadãos, quando o governo pertence imediata ou indiretamente a todos os cidadãos. Prefiro dizer um governo “dos cidadãos” em vez de “do povo”. O povo é um ente coletivo que pode ser variamente composto e constituído: por “povo” sempre se entendeu a parte ativa de uma determinada sociedade, mesmo que esse “povo” seja então composto por uma parcela minoritária dos indivíduos que efetivamente o compõem. Também pode-se entender por “povo” todos os habitantes de um território, independentemente do fato que tenham ou não direitos políticos.

O que está na base de um Estado não é o povo. São os cidadãos singulares, tomados um por um, *uti singuli*. O que constitui a vontade coletiva em uma democracia é o conjunto de vontades de cada um de nós, individualmente consideradas e contadas. Nas eleições, que são uma instituição fundamental de qualquer governo democrático, cada um conta por um e conta per si. Quando depositamos a cédula na urna não somos uma parte do povo, o fragmento de uma totalidade, mas somos *quisque e populo*. De fato, se cada um não contasse por um singularmente tomado, seria não razoável o princípio da maioria, sobre o qual as decisões se tornam coletivamente vinculadas e tomadas por uma parte numericamente calculada dos eleitores.

Partindo do conceito de povo, ente coletivo, não se chegaria nunca a distinguir uma minoria de uma maioria. O princípio da maioria se justifica apenas se se parte do cidadão singular e da soma dos cidadãos singulares. Trata-se de ter bem clara a diferença entre “o todo” e “todos”. Na base da democracia está a soberania de todos e não do todo. Aldo

Capitini cunhou a expressão, que não alcançou sucesso, mas que corresponde exatamente a isto que estou dizendo, de “omnicracia”. Que o Estado seja feito de cidadãos não é exatamente uma ideia nova. Quem quer que tenha lido a *Política*, de Aristóteles, sabe que o livro terceiro abre com uma interessante e sempre atual discussão sobre o cidadão, partindo da definição da cidade como conjunto dos cidadãos.

No entanto, logo se lê que o conceito de cidadão é controverso porque o que se entende com esta palavra em uma democracia é diverso daquilo que se entende em uma oligarquia. Na realidade, para Aristóteles, o cidadão no sentido próprio da palavra, é aquele democrático, já que, para ser cidadão, é necessário participar das funções diretivas e ser elegível à magistratura. A diferença entre nós e os antigos é que na *polis*, entendida como o conjunto dos cidadãos, nem todos necessariamente são cidadãos. Atualmente, por democracia, nós entendemos, por vezes, o conjunto dos cidadãos de uma sociedade na qual todos são cidadãos. Não apenas a cidadania, mas a cidadania universal.

Tenho insistido sobre o conceito de cidadão como essencial à definição de democracia para explicar por que o que foi chamado pela ciência política, especialmente pela ciência política americana que influenciou a política italiana nas últimas décadas, de “educação para a cidadania” é uma parte essencial da educação democrática. A educação democrática se distingue de qualquer outra forma de educação, porque é, antes de tudo, educação para a cidadania. Educação para a cidadania é aquela que busca fazer do súdito do Estado não-democrático um cidadão, que não é mais objeto do domínio, mas é ele próprio sujeito do poder político. Enquanto sujeito, tem um espaço a seu redor de liberdade, como disse Salvatore Veca em um livro intitulado *Cidadania: reflexões filosóficas sobre a ideia de emancipação*. Esse espaço de liberdade vem definido como um “espaço moral circundado por direitos invioláveis”, que fazem dele o protagonista e o ator artífice do próprio destino, similar ao Coriolano de Shakespeare.

No debate político do último século era tema comum que a educação para a cidadania ocorresse na mesma prática política, isto é, no exercício, de fato, daqueles direitos que fazem de um súdito um cidadão. Dizia-se: segundo o modelo jacobino, primeiro vem a ditadura revolucionária e depois, somente em um segundo momento, o reino da virtude. Para o modelo democrático, ao contrário, a democracia vive e se aperfeiçoa apenas por meio da virtude dos cidadãos. A democracia é o reino da virtude, segundo a conhecida definição de Montesquieu. A educação para a cidadania democrática é uma educação para a virtude entendida como participação ativa, consciente, para a vida

da própria cidade. Daqui também deriva a tradicional identificação da virtude republicana com o amor à pátria, entendido como o amor à própria comunidade que visa preservá-la dos males que podem fazê-la degenerar e desaparecer.

Com linguagem mais moderna, menos antiquada, menos influenciado pelas fontes clássicas, John Stuart Mill, no *Considerações sobre o Governo Representativo*, separava os cidadãos em ativos e passivos e dizia que os governantes preferiam os segundos aos primeiros, pois é muito mais fácil ter na mão súditos dóceis e manobráveis. Adicionou, porém, que a democracia necessita dos primeiros. Os governantes alegremente fariam de seus súditos – são sempre palavras de Mill – um rebanho de ovelhas destinado apenas a pastar grama um ao lado do outro (e a não se lamentar, mas eu adiciono: mesmo quando a erva é escassa). Tal raciocínio o levou a alargar o sufrágio, além das mulheres, às classes populares porque um dos remédios contra a tirania de poucos é efetivamente a participação dos muitos. A participação tem já per si um grande valor educativo porque, por meio da discussão sobre as questões políticas que a participação exige, o eleitor se educa politicamente.

Muitos são os cidadãos passivos, mesmo em uma democracia realizada, isto é, em uma democracia onde existe o sufrágio universal masculino e feminino. Esses tipos de cidadãos são de duas espécies. A primeira é constituída por aqueles que não votam (e estão aumentando até mesmo na Itália) e são percentualmente, por vezes, muitos, como nos EUA e, surpreendentemente, até nos países das novas democracias do leste europeu. Não cabe afirmar que a apatia política é sinal de aceitação, já que aqueles que não votam são geralmente os marginalizados socialmente. A outra espécie é a constituída por aqueles que votam, mas cujo voto é menos um voto de opinião e mais um voto manipulado pela propaganda. Atualmente ocorre esse paradoxo de que mesmo os cidadãos ativos são apenas aparentemente ativos e, muitas vezes, são passivos diante da manipulação partidária que os cidadãos passivos realmente acreditam que são mais ativos do que os apenas aparentemente ativos, porque, com sua abstenção, pretendem denunciar o afastamento da prática democrática dos ideais da democracia.

É até tentador dizer que o voto de opinião está se refugiando no não-voto, uma vez que, diante dos vícios do sistema partidário, o não-voto pode ser considerado a expressão não de indiferença, mas de protesto. Não há nada que caracterize mais o cidadão ativo que o protesto.

Talvez se poderia pôr o problema ainda em termos de responsabilidade e de irresponsabilidade. A democracia, então, seria definida como aquela forma de governo que faz de cada membro da sociedade, em maior ou menor proporção, um indivíduo responsável pela coexistência possível de cada um com todos os outros e, portanto, pela permanência e persistência de uma sociedade livre e pacífica. No rebanho, o único responsável é o pastor. Assim, segundo a antiga imagem do governante como o timoneiro, o único responsável pela rota é ele, e a tripulação é chamada apenas para obedecer às suas ordens.

Para que nascesse a ideia do indivíduo responsável era necessário que as metáforas tradicionais com as quais a sociedade como um todo era retratada, a mecanicista e a orgânica, fossem gradualmente abandonadas. Era necessário que se invertesse a relação entre a sociedade e os indivíduos: não a sociedade antes dos indivíduos, mas os indivíduos antes da sociedade; e se assumisse diante de qualquer forma de sociedade aquela atitude que agora é chamada de “individualismo metodológico”. Não é o caso aqui de se observar que o individualismo metodológico pressupõe um individualismo ontológico e exige um individualismo ético.

Cidadão ativo é aquele que consente e discorda com base no juízo que ele faz livremente do bem e do mal. Donde deriva a importância da educação, naquela que chamei de educação para a cidadania, entendida como a educação que permite a cada pessoa fazer autonomamente um julgamento pessoal com base na expressão de seu consentimento ou dissenso.

Em que consiste a educação para a cidadania democrática não é algo que se possa dizer em poucas palavras. Necessita partir de uma definição geral e compreensiva de cidadão democrático, que é aquele que se ocupa das coisas que dizem respeito à inteira coletividade e, desfrutando da vantagem de viver em uma sociedade livre, deve ser capaz de fazer bom uso dessa liberdade.

Eu pertenço a uma geração que foi educada durante o fascismo e não tinha nenhuma das liberdades das quais desfrutavam os cidadãos democráticos. Nascemos na consciência da liberdade censurando os mais velhos, refiro-me em particular à classe média, à burguesia e à pequena burguesia, que abdicaram dos seus direitos de cidadãos. Não tivemos uma boa educação para a cidadania. Se o fascismo chegou ao poder e dominou por tantos anos, a culpa não foi somente dos violentos, dos intolerantes, das

facções que eram uma minoria, mas foi também da maioria que tinha suportado e se adaptado ao poder de poucos.

Compreendemos, desde então, que ao lado da educação moral em geral e, naturalmente, da intelectual, faz parte das tarefas da escola em uma sociedade democrática também a educação política, não no sentido de um doutrinação, mas no sentido de uma educação para a vida coletiva, que, em uma sociedade democrática, deve inspirar-se nos valores fundamentais da liberdade, da igualdade e da não-violência. A primeira coisa a se dizer a um aluno, qualquer que seja a sua idade, é: *“Tu não estás sozinho. Tu és parte de uma totalidade que parte da família, passa pela escola, chega à nação, alcança a incluir toda a humanidade”*. O cidadão democrático não pode não ser no limite também um cidadão do mundo. *“Uma vez que qualquer coisa que tu faças ou penses não se refere somente a ti mesmo, mas diz respeito a todos os outros, os vizinhos e os distantes, os muito distantes, aqueles que não se vê, até mesmo aqueles que ainda não o são, cujo destino dependerá também do mundo que nós tivermos lhe deixado”*. Sobre a política ecológica, para dar um exemplo, implica uma assunção de responsabilidade também para a posteridade, como se a posteridade, que ainda não existe, tivesse direitos sobre nós. *“Não te iludas pensando que podes se trancar em particular, pois apenas no privado ninguém pode sobreviver. Assim que tu cruzares os limites, saindo da tua casa, tu entras em um espaço público onde tua liberdade deve ser compatível com a de todos, e onde as coisas que tu tocas e usas não são tuas, e tu não podes fazer com elas o que quiseres”*.

A educação do bom cidadão convida a refletir sobre um tema pouco discutido: a distinção entre o privado e o público. A filiação a uma ou outra esfera implica um comportamento diverso. Aquilo que pode ser dito em privado, não o pode em público. Daqui nasce, por exemplo, a proteção da privacidade, do segredo epistolar, do direito de poder conversar ao telefone sem ser escutado. Como se veste no privado não se veste em público. Em todos os lugares em que a pessoa se encontra em público, no trem, na estrada, em um cinema, em um estádio, ela está submetida às regras que não se aplicam à sua vida privada. Quando a pessoa vem a fazer parte do que chamamos de público, na fila de um balcão, na entrada e saída de um espetáculo, numa manifestação ou num cortejo, são acionadas determinadas regras, cujo objetivo é essencialmente limitar a sua liberdade em correspondência com a igual liberdade dos outros.

Uma das características da sociedade democrática, comparada a todas as outras, é a enorme extensão da esfera pública, ou seja, daquilo que pode ser feito, ao contrário de

outros regimes, em público. A liberdade de imprensa tem, por consequência, a possibilidade de tornar públicas as nossas opiniões. A liberdade de reunião implica o direito de manifestar em público um protesto, uma demanda, uma reivindicação. E assim por diante. O momento decisivo da vida de uma democracia são as eleições. As eleições forçam a pessoa a sair de casa e a entrar em um lugar aberto ao público, a tomar uma decisão pessoal que diz respeito não a si próprio, mas ao público. Pense na distinção tradicional entre a praça e o palácio: a democracia é a extensão da praça aberta ao público em relação ao palácio fechado, ao gabinete secreto do príncipe. A ágora, o foro, a grande praça das comunidades medievais sempre foram o símbolo da participação popular na vida da comunidade.

A educação do cidadão democrático é, em poucas palavras, a educação para a vida pública, sem a qual, fora da qual, vida democrática não existe.

Com base nessa distinção entre o público e o privado, a educação democrática se distingue da educação moral em geral. Não que seja diversa ou contraposta, mas é uma parte específica dela, para cuja formação a escola é particularmente adequada, que é o primeiro lugar público, além da igreja, do qual a criança faz parte. A educação democrática diz respeito não à moral do homem em geral, mas à moral do cidadão, ou seja, a moral do homem enquanto membro da cidade. O votar ou não votar, o pagar os impostos, cumprir o serviço militar, diz respeito aos deveres do homem enquanto cidadão.

Já em si, acabei de mencionar, a educação democrática enquanto contribuidora à formação do bom cidadão, caracteriza-se por uma particular abertura ao público, por uma assunção de responsabilidade pública. Porém, uma última característica da educação democrática deriva da compreensão e da consciência sobre os valores próprios da democracia. Se a educação é orientada na direção de certos valores, e não pode não ser assim, é evidente que o tema de fundo da educação democrática deve se referir à relação entre um certo sistema educacional e esses valores, no sentido de que o sistema educacional democrático deve ser orientado à compreensão e à expansão desses valores.

Geralmente acredita-se que para falar dos valores da democracia se deve distinguir a democracia formal, como um conjunto de regras de procedimento, da democracia substancial, e que a democracia que pode ser chamada de um sistema de valores é apenas esta segunda, a substancial. Nada mais errado. É verdade que a democracia é antes de tudo um conjunto de regras de comportamento para se tomar as decisões coletivas, regras que não existem nas formas autocráticas de governo, mas afirmar que a democracia é um

conjunto de regras de procedimento não diminui em nada a dignidade do governo democrático. Os valores da democracia são implícitos, intrínsecos a essas regras.

Primeira observação: para se poder falar de democracia, é necessário que todos os membros adultos desse determinado grupo social possam votar. Daqui se conclui que a escolha da regra segundo a qual não existem diferenças entre os cidadãos quanto ao direito de voto obedece ao princípio da igualdade. E é uma escolha valorativa. E que valores! Quantas lutas, mesmo sangrentas, exigiram a adoção desse princípio. Em outras palavras, democracia implica o voto, mas o voto per si não constitui a democracia. O que distingue a democracia de qualquer outra forma de governo não é o voto, mas a igualdade de voto. A igualdade de voto cancela de um só golpe todas as outras desigualdades que existem, de fato, entre os homens, em relação à força, à riqueza, ao mérito, ao sexo, e assim por diante. Desde um ponto de vista extremamente racional, pode até parecer absurdo que homens diferentes entre si em tantos aspectos sejam iguais, vale dizer, que sejam contados da mesma forma (na eleição) em um governo democrático. No entanto, mesmo com esta aparente absurdez, a igualdade de voto se torna um valor específico da democracia que ninguém ousaria colocar em discussão. O voto múltiplo, que foi proposto por alguém no século XIX, seria hoje considerado uma loucura. A igualdade de voto põe a democracia sob o signo deste valor fundamental. A história do processo de democratização do século XIX, do sufrágio restrito ao sufrágio universal masculino e feminino, foi um processo de equalização dos desiguais.

Em segundo lugar, mesmo onde o direito de voto alcança todos, o voto não é democrático nem livre. O voto é, por definição, um ato de escolha. Um ato imposto não é uma escolha. Para que o voto seja livre implica que quem tem o direito de votar seja: a) livre para escolher e para não escolher; b) possa escolher entre diversas alternativas. Que a liberdade de voto seja continuamente ameaçada mesmo em uma sociedade democrática, o bom cidadão o sabe muito bem, mas é um bom cidadão aquele que é educado para escolher com base em sua própria ideia sobre as partes envolvidas, para distinguir por si mesmo o objeto de sua escolha.

Podemos definir a sociedade democrática como aquela na qual a gama de escolhas diante das quais se encontra o cidadão é muito maior do que em qualquer outra sociedade e, portanto, em cada momento de sua jornada se encontra em condições de fazer as escolhas: qual filme vou assistir, qual vestido comprarei, qual viagem farei, mas, antes de tudo, há aquela que se pode chamar de escolha das escolhas que todas as outras

abrangem, qual governo a pessoa quer ou não quer. Escolha das escolhas, porque desta derivam todas as outras. Outra coisa é escolher isto ou aquilo. Outra coisa é escolher se quer continuar a ser livre, isto é, a estar sempre em condições de fazer a escolha fundamental da qual todas as outras dependem.

Sabemos muito bem que essa liberdade, muitas vezes, é fictícia para nós, mas o cidadão bem educado é aquele que se dá conta também das influências que sofre a liberdade de escolha. No fim das contas, a publicidade ou a propaganda dão informações, conselhos, advertências. Não obrigam. O cidadão bem educado é aquele que tem o espírito crítico para distinguir o verdadeiro do falso, o justo do injusto, o conveniente do inconveniente. A educação para a escolha implica ainda na educação para a capacidade de distinguir. De qualquer forma, é sempre o ponto de partida para decidir por si mesmo, examinando os prós e os contras.

Liberdade e igualdade, como se vê, são somas de valores que constituem partes essenciais das regras do jogo democrático, pois sem igualdade de voto seria o habitual governo dos poucos, sem liberdade seria um jogo de azar, como acontece no jogo onde o vencedor é quem levanta a carta mais alta, uma escolha que deixa o resultado para um evento independente da minha vontade.

Porém, não basta. É curioso como quase sempre se esquecem de um terceiro valor essencial para a democracia, sobre o qual insisto porque costumo vê-lo pouco destacado, enquanto eu o considero aquele no qual a democracia se distingue essencialmente de todas as outras formas de governo: a não-violência. Por democracia se pode entender aquela forma de governo na qual há regras gerais que permitem tomar as decisões coletivas sem que se tenha necessidade de se recorrer ao uso da violência recíproca. São partes constitutivas de todo governo democrático a negociação entre as partes e a regra da maioria, ambas estratégias para a solução pacífica dos conflitos, isto é, fundadas primeiro na discussão e depois no acordo.

Não é por acaso que, cada vez mais, faz parte da educação democrática a educação para a paz. Não por acaso, digo, porque a democracia é, com suas regras constitutivas, a forma de governo que melhor que qualquer outra garante a paz interna, entendida como a exclusão da violência para a solução dos conflitos sociais.

Não é preciso acrescentar o quanto a ideia de igualdade está ligada tanto à ideia de paz, pois a guerra assume o diferente, aliás a figura extrema do diferente, o inimigo, quanto à ideia de liberdade, entendida no duplo sentido de liberdade de escolha e de

autonomia. Educação para a paz, para a liberdade, para a igualdade, são três momentos indissolúveis da educação democrática.

Esse meu discurso não poderia terminar se não retornasse ao princípio, vale dizer, à conexão necessária entre democracia e estado laico. O estado democrático não pode não ser um estado laico. Por estado laico se entende um estado não-confessional, no sentido de que não há uma religião privilegiada nem uma ideologia nesta condição de privilégio. O que caracteriza o Estado democrático não é uma doutrina, mas um método, isto é, o método que permite a coexistência das várias doutrinas. Este método é a tolerância. Enquanto método, é um pressuposto. Enquanto pressuposto, deve tornar-se um objeto fundamental da educação democrática.

Precisamos de tolerância mais do que nunca em um mundo onde a interpenetração dos povos diversos é cada vez maior. Pergunto-me se a família italiana está preparada moralmente para ensinar a respeito da diversidade. De qualquer forma, a educação para a tolerância cabe primeiramente à escola, à escola pública, à escola de todos. A escola pública sempre teve uma função enorme de equalização dos desiguais: o rico com o pobre, o masculino com o feminino, o cristão com o hebreu, o menino do norte com o do sul, atualmente o menino com deficiência com o sem necessidades especiais. Agora se abre uma nova estação, mais difícil: o menino branco com o não-branco, o europeu com o não-europeu. Neste campo, a tarefa dos docentes é enorme. A solução do problema que nasce dos fenômenos sempre mais numerosos de imigração dependerá também do que a escola saberá fazer para combater os preconceitos radicais.

Afirmar diversas vezes que a democracia será completa quando nos sentirmos todos cidadãos do mundo. Esses cidadãos do mundo nascerão da escola ou não nascerão. O que não quer dizer diminuir ou realmente eliminar o sentido da nossa identidade nacional, o que na Itália, para ser franco, não é muito alta. Mas deve ser motivo de orgulho fazer parte de uma nação tão civilizada a ponto de contribuir para avançar no caminho da igualdade de todos os homens, que é o pré-requisito da democracia universal. Porém, é necessário perceber que o inimigo mudou. Com essa observação termino meu discurso. O inimigo contra o qual a democracia combateu suas batalhas foi o poder autocrático, o poder das oligarquias fechadas que se perpetuam. A democracia representa o poder que emerge da base contra o poder que desce do alto. Atualmente, tenho a impressão de que o verdadeiro inimigo da democracia, ou seja, o governo de cidadãos responsáveis, é exatamente o oposto. Não é o homem da elite, mas é o homem da massa. O inimigo não é

o homem de exceção que se levanta prepotentemente sobre os outros, ou pelo menos não é apenas este homem, mas é o homem comum, o conformista, o homem do rebanho, para usar uma célebre expressão de Nietzsche. Estamos acostumados a ver no homem democrático o oposto do homem aristocrático. Ou seja, atualmente está entre nós um outro inimigo da democracia: o homem massificado, construído como em um molde pela influência penetrante, insistente e obsessiva das comunicações de massa. Não o Senhor, mas, ao contrário, o Servo contente, contente porque não sabe que é um servo.

A constatação que o inimigo mudou não é uma razão para desistirmos. É apenas mais uma razão para insistirmos, dando conta de quais são as novas trincheiras nas quais devemos nos concentrar para uma nova e longa batalha que apenas começou.

Referências

RORTY, Richard. Education without dogma: Truth, freedom and our universities. **Dissent**, n. 36, p. 198-204, 1989.

DEWEY, John. **Democracy and Education**. 1916. *(sem informações de edição)*

VATTINO, Gianni. **Filosofia '86**. Roma, Itália. Ed. Laterza & Figli, 1987.

VECA, Salvatore. **Citadinanza**. Roma, Itália. Ed. Feltrinelli, 1990.

*Recebido em Maio de 2024
Aprovado em Junho de 2024
Publicado em Agosto de 2024*
